Universidades Lusíada

Feio, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, 1966-

Ensinamentos e práticas militares na "Vida de D. Paulo de Lima Pereira" de Diogo do Couto : contributo para o seu estudo

http://hdl.handle.net/11067/1118

Metadados

Data de Publicação 2014-09-15

Resumo D. Paulo Pereira de Lima é o protótipo do herói português de Quinhentos. Louvado pela pena de Diogo do Couto, encarna as virtudes militares e de boa governação, já eventualmente raras na óptica do autor. Mas no campo em que maioritariamente se moveu, o da arte da guerra, D. Paulo não contribuiu para a mesma com alguma originalidade ou especial talento guerreiro. A intenção da escrita de Couto, aqui marcada pelas ligações familiares e amizades pessoais, parece revelar também a preocupação polític...

Palavras Chave Ciência militar - Portugal - História - Século 16, Pereira, Paulo de Lima, 1538-1589 - Crítica e interpretação

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 09-10 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T01:53:10Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

ENSINAMENTOS E PRÁTICAS MILITARES NA *VIDA DE D. PAULO DE LIMA PEREIRA* DE DIOGO DO COUTO: CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Gonçalo Couceiro Feio
Investigador Integrado no Centro de História da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
gcfeio@yahoo.com
goncalo.feio@campus.ul.pt

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 107 05-06-2014 11:27:02

Resumo

D. Paulo Pereira de Lima é o protótipo do herói português de Quinhentos. Louvado pela pena de Diogo do Couto, encarna as virtudes militares e de boa governação, já eventualmente raras na óptica do autor. Mas no campo em que maioritariamente se moveu, o da arte da guerra, D. Paulo não contribuiu para a mesma com alguma originalidade ou especial talento guerreiro. A intenção da escrita de Couto, aqui marcada pelas ligações familiares e amizades pessoais, parece revelar também a preocupação política com o enaltecimento de um português em plena monarquia dual.

Palavras-chave: Arte da Guerra; Comando de operações militares; cultura militar.

Abstract

Paulo Pereira de Lima is the typical sixteenth century Portuguese warrior though Diogo do Couto, author of his biography, points out the growing rarity of the ancient warrior virtues among his brethren. A versatile commander, Paulo Lima however doesn't bring a relevant contribution to the Portuguese way of waging war. This may show that Couto's intention was other than praising Lima's military prowess.

Keywords: Art of war; Operations command; Military culture.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 109 05-06-2014 11:27:02

1 - Introdução e contextualização da obra de Couto

D. Paulo de Lima Pereira é uma daquelas personagens cujo percurso de vida poderia servir para ilustrar não só toda a sua época como a própria história do Império Português, sobretudo na sua parte oriental. Homem complexo e prolixo na acção, encarna o protótipo do guerreiro português de meados do século XVI de quem a História registou os seus mais comuns traços: dotado de coragem física, desembaraçado, criativo e talentoso, como cumpria então ao soldado português de Quinhentos, o filho do alcaide de Guimarães não deixou os seus créditos por mãos alheias. Um seu retrato, certamente imperfeito, é-nos trazido pela pena de Diogo do Couto, no seu olhar sempre crítico e frontal, tão característico do Guarda-mor da Torre do Tombo de Goa. Interessa-nos aqui, e como o título do presente artigo sugere, olhar para as práticas militares que o *Hércules Português* protagonizou no Oriente, e o que elas nos dizem de uma certa cultura militar, plena de ensinamentos resultantes de uma já sólida sedimentação praticada ao longo de gerações, do seu contacto com outras formas de fazer a guerra, com outros entendimentos e práticas da violência organizada. Interessam-nos, por isso, mais os pormenores no texto relacionados com a arte portuguesa da guerra, expressa nas operações militares que Couto descreve, e com os mais diversos aspectos da vivência e cultura dos homens de guerra de então.

Não nos interessa tanto, aqui, a obra de Couto, a sua visão e materialização da mesma através da sua fascinante escrita, não pretendemos sequer tentar um olhar crítico ao seu profícuo legado literário e historiográfico. Claro está, do que o autor nos transmite, teremos de saber situar o contexto informativo, os objectivos da escrita, as coordenadas socio-históricas da sua acção enquanto criador. A escrita historiográfica tem a sua própria historicidade pelo que ignorar o carácter do autor, o seu próprio percurso biográfico é meio caminho para não compreender sequer a sua dimensão como agente na História. Profundamente religioso (traço comum aos portugueses da Renascença), Couto não esconde o seu apego ao providencialismo, em que este «e a ideologia de cruzada se interpenetram: os Portugueses são o novo povo eleito, para anunciar a Boa Nova e expandir a fé cristã».[1] No seu texto estão todos os protagonistas e não apenas alguns. Estão

> não só os grandes fidalgos, mas também os *mesquinhos* e anónimos, no que se afasta claramente da visão aristocrática da História do seu predecessor, porque todos são necessários ao Estado e no comportamento heróico de tais homens todos podem e devem rever-se.[2]

E esta é a principal razão que valida o texto que Couto nos lega: a sua transversalidade permite-nos descobrir e estruturar uma imagem possível dos guerreiros portugueses na Índia, não obstante o cunho vincadamente elegíaco

[1] MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas Da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 14.
[2] *Idem*, p. 17.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 111 05-06-2014 11:27:03

e eivado de elementos da cultura clássica, tão comum na Renascença, e que embeleza e muitas vezes adjectiva o labor da pena do cronista, como vemos no discurso que proferiu quando da entrada em funções de André Furtado de Mendonça como Governador da Índia em 1609:

> [...] todos os que me ouvis, alegrayvos, que aqui temos hum Gouernador, qual todos desejamos, o mais temido, & venturoso de nossos dias, hum capitam que de moço aprendeo desda primeira Cartilha, & foy sempre sobindo por todos os degraos da milicia até Iubilar, & se fazer tam famoso, que nam sey Scipiões, Fabios, Decios, Minucios, & Lentulos, que lhe auentajassem em nada. Se vòs senhor, cracesseis entre os Romãos, q estatuas nam auiam já de ter postas pelos templos[...].[3]

Na sua descrição biográfica da vida de D. Paulo de Lima Pereira, Couto não dedica atenção especial a um ou outro traço da personagem; o único critério é o cronológico e se o vemos deter-se mais longamente num dado episódio, não nos parece que tivesse querido outra coisa que não fosse a de salientar a postura do herói perante a adversidade, as suas reacções. Ser-nos-á necessário, assim, situar o leitor não só na conjuntura da acção descrita, como concorrer para a compreensão da problemática militar portuguesa do período. Não pode ser olvidado, também, que o protagonista da história é meio-irmão de D. Ana de Lima, casada com D. António de Ataíde, 5.º conde da Castanheira e 1.º conde de Castro Daire e que terá custeado a edição da biografia do seu cunhado.

2 – O posicionamento cultural e social dos homens de guerra portugueses em meados do século XVI

Qual o papel dos guerreiros na sociedade portuguesa do período em análise? Quem eram? Como aprendiam a guerra e quais as suas competências? Como entender um padrão, comportamental ou outro, que nos ajude a compreender o percurso destes homens, cujos actos conhecemos, nalguns casos, relativamente bem, desconhecendo quase em absoluto o percurso de aprendizagem que os levou aos factos por que ficaram conhecidos? A História regista os factos militares, amplamente conhecidos da historiografia portuguesa e não só. Raramente regista o que se lhes antecede.

Sabe-se mais, ainda que muito pouco, sobre os percursos de muitos nobres e fidalgos do que sobre anónimos populares, ainda que, com o reinado de D. João III, comecemos a encontrar cada vez mais militares sem nascimento diferenciado desempenhando funções de comando. Traço comum a todos os níveis da nobreza do reino era a sua ligação à guerra, ou melhor, à arte e ciência da guerra. Cumpriam aos nobres do reino, à semelhança do que se passava em todas as

[3] «Fala que fez Diogo do Couto, Guarda Mor da Torre do Tombo da Índia, em nome da Câmara de Goa, a André Furtado de Mendoça, entrando por governador da Índia», (pref. de Frederico Gavazzo Perry Vidal), Lisboa, Separata da Revista *O Mundo Português*, n.º 91, Julho de 1941 – Vol. VIII, 1941., pp. 9-10. Original de Lisboa, Vicente Alvarez, 1610.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 112 05-06-2014 11:27:03

sociedades europeias, deveres militares por nascimento, tal como, também por nascimento, assistiam-lhes direitos de exercício de funções de comando. Mas a guerra não era exclusiva da nobreza, não só porque era feita também (dir-se-ia sobretudo) com homens que não pertenciam à nobreza, como também porque a própria guerra nobilitava. Esta nobilitação pela guerra é comum em Portugal desde a fundação da nacionalidade. Foi sobre a cavalaria vilã, essa aristocracia não-nobre, que D. Afonso Henriques edificou a estrutura do Estado, contrabalançando assim o poder das grandes casas senhoriais de Entre-Douro e Minho, garantindo simultaneamente a defesa do território.

O tipo de guerra que os portugueses praticavam desde a conquista de Ceuta (1415) até D. Sebastião (reinou de 1568 a 1578) favorecia a permanência de uma certa postura senhorial na hierarquia militar, fomentada pelo facto de a grande escola de guerra que era Marrocos dar continuidade ao quadro de educação nas armas de qualquer fidalgo (as entradas e as almogavarias eram métodos de treino e provas de bravura e audácia que enquadravam a educação do jovem fidalgo), pelo facto de as unidades permanentes estacionadas nas praças de África e na Índia serem em número relativamente reduzido e, sobretudo, porque não havia um exército permanente, profissional ou não, mas que obrigasse a competência a tomar os lugares de comando que a condição social ocupava. Mesmo incluindo a especificidade técnica da artilharia de campanha, a verdade é que ela era utilizada em ambiente muito especial, principalmente na guerra de cerco que é, naturalmente, uma forma muito mais estática de guerra em oposição ao dinamismo e exigência técnica que a guerra de campo aberto impunha. Acresce o facto de o reino não ter, ao contrário do que se passava na maior parte das potências europeias, guerra dentro do seu território o que também proporcionou a continuidade das formas sociomilitares que em pouco diferem do *senhorialismo tardio que se manifestou em Alfarrobeira*.[4] Onde a realidade efectivamente diferia era na marinha de guerra, ou seja nas armadas de guarda-costa, das Ilhas, do Estreito e de longo curso. O comando da tripulação podia não estar entregue a um fidalgo mas o comando do efectivo militar (exceptuando os artilheiros navais, muitos deles estrangeiros e com organização própria) estava muitas vezes nas mãos de um chefe militar *per natura*, um fidalgo, mesmo que fosse de menor estirpe. Quando, sob o mesmo comando se reuniam as tripulações e os homens

[4] Acresce ainda que «Os nobres que vão protagonizar a expansão do século XVI integram-se em linhagens de nobilitação razoavelmente recente. A grande maioria das famílias que vão proporcionar o capital humano para o estabelecimento do Portugueses em África e na Ásia ascenderam aos lugares cimeiros da sociedade por meio do serviço da Coroa, pelo que se encontram intimamente ligados à emergência da dinastia de Avis. A corte joanina forneceu assim os meios essenciais para a gradual escalada de clãs que, por meio do exercício de cargos régios, garantiram um acesso ao nível mais elevado da hirarquia social. Mas, da mesma forma que as grandes casas senhoriais da época manuelina são resultado em grande parte desse processo, também os ramos colaterais das gerações seguintes vão procurar por seu turno garantir a sua afirmação mediante o exercício de ofícios régios.» *in* RESENDE, Vasco, *A Sociedade da Expansão na época de D. Manuel, Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um Estudo Prosopográfico*. Lisboa, FLUL, 2002, p. 251.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 113 05-06-2014 11:27:03

de guerra, então estávamos na presença de um capitão-de-mar-e-guerra, como o foram um Afonso de Albuquerque ou um D. João de Castro, este último, homem de ciência segura nas áreas da matemática, da cosmografia, da marinharia, e que tinha a noção de que «Esta arte da guerra é uma arte que jamais tem firmeza nem se acaba de saber porque de dia em dia e de hora em hora cousas novas e novos segredos, assim no ofender como no defender, descobre e inventa».[5]

O espírito medievo da cavalaria ainda imperava na nobreza e fidalguia do reino. O acto individual como apanágio da honra, o bom nome da família, eram características incontornáveis que acompanhavam o quadro mental prevalecente na criação e educação do jovem nobre ou fidalgo, fosse de solar e linhagem, fosse *do livro*.[6] O quadro mental, porém, não era apenas imaterial; a lei dava forma ao fenómeno da cavalaria. As Ordenações Manuelinas, na sua última versão, de 1521, contêm um vasto conjunto de disposições relacionadas com o cavaleiro, na sua dimensão económica, social e ética. A lei é muito clara. Enquanto agente económico, e porque a base social da cavalaria se alarga no virar do século, deve igualmente alargar-se a base fiscal, com evidente benefício da Coroa:

> E por quanto em os Nossos Luguares d›Alem Mar, e assi nas Armadas que Mandamos, se fazem soltamente muitos Caualeiros pelos Nossos Capitaens, Determinamos, e Mandamos, que os ditos Caualeiros que se fezerem de vinte e huũ dias do mês de Maio do anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dous em diante, e assi os que se daqui em diante fezerem, nom sejam escusos de paguar Juguada, posto que polos Foraes sejam escusos; saluo aquelles que leuarem Nosso Sobre Aluará[...].[7]

Manda a lei, numa imposição de ordem ética, que o cavaleiro não se entregue a actividades venais, não devendo «comprar cousa algũa pera revender, nem usar pubricamente de reguataria; por quanto segundo sua dignidade, e estado militar, lhes nom pertence entremeterem-se de acto de mercadoria».[8] Na sua dimensão social, no seu prestígio, reconhece-lhe a lei a possibilidade de ser procurador apenas com a sua assinatura, sem necessidade de qualquer outro mecanismo de

[5] Obras completas de D. João de Castro, citado em COELHO, António Borges, *O Vice-rei Dom João de Castro*, Editorial Caminho, 2003, p. 39; e em NUNES, Leonardo, *História Quinhentista do Segundo Cêrco de Diu, op. cit.*, p. 131. Curioso o facto de o Vice-rei empregar a expressão Arte da Guerra quando se pensa que em Espanha, a grande potência militar europeia e a modeladora da organização militar em terra e no mar, a expressão apenas surge grafada pela mão de Francisco Valdés, mestre de campo, quando publica em 1586 em Bruxelas o seu Espejo Y Disciplina Militar. *Cf.* PERAL, Esther, Merino, *El arte militar en la época moderna: los tratados «de re militari» en el Renacimiento. 1536-1671. Aspectos de un arte español*, Madrid, Ministerio de Defensa, Centro de Publicaciones, 2002, p. 185.

[6] Menos habituada ao contacto com as armas, a nobreza *de toga* promovia-se naturalmente pelas letras e serviço administrativo à Coroa. De D. Martinho de Castelo Branco, 1.º Conde de Vila Nova de Portimão, dizia-se não haver inveja de como fora promovido ao título por ter sido «com a pena detrás da orelha e os olhos postos no pano verde.» *Cf. Ditos Portugueses Dignos de Memória*, (anotada e comentada por José Hermano Saraiva), Mem Martins, Europa-América, 1997, p. 489.

[7] Ordenações Manuelinas, Liv. II, Tít. 16, § 39.

[8] OM, Liv. IV, Tít. 32.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 114 05-06-2014 11:27:03

confirmação[9], ou de as suas escrituras terem crédito como se fosse públicas.[10]

É necessário compreender que os homens de guerra do século XVI português, à semelhança dos de todas as potências, não estão estanques e contidos numa só geração, num só reinado, num só período historiográfico. Quando, na viragem do século XV para o XVI, os portugueses começam a fazer a guerra no Oriente, num quadro em tudo diferente da atmosfera guerreira em que há quase um século se moviam no Norte de África, quem o faz são homens de várias gerações: são os veteranos de África, das fortalezas, correrias e entradas, são os jovens recém-admitidos à guerra, com ou sem experiência marroquina, são os que militaram pela Europa, são mercenários estrangeiros. Quando D. João III sobe ao trono e provoca uma profunda inflexão na ideia de um império «em que o messianismo cruzadístico de matriz medieval deixava gradualmente de fazer sentido» e que o jovem rei se encontrava «rodeado de conselheiros que antepunham as razões do comércio às de um sonho de um império que se fazia de especiarias mas também de outras demandas e de outros projectos, dependente de conjunturas internacionais que já não eram as do reinado de D. Manuel»,[11] quem fará a guerra no Oriente serão homens semelhantes aos do virar do século, a quem se juntam os agora veteranos da guerra na Ásia.

3 – D. Paulo de Lima Pereira e a guerra no Oriente

Nascido em Dezembro de 1538, filho bastardo do alcaide-mor de Guimarães, D. Paulo de Lima Pereira parte para a Índia em Maio de 1558, depois de atribulada e atrasada partida do porto de Lisboa (mais tarde que os outro quatro navios que compunham a armada), na nau de D. Luís Fernandes de Vasconcelos, filho de D. Fernando de Meneses, arcebispo da mesma cidade. A bordo, entre outros fidalgos, segue D. Luís de Melo e Silva: «com este D. Paulo tinha algum parentesco, e em quanto foy soldado se agazalhou com elle»[12] e de quem falaremos adiante. A calmaria no Golfo da Guiné foi tal que o capitão da nau decide ir invernar ao Brasil, alcançando a Baía de Todos-os- Santos a 14 de Agosto, sendo acolhidos pelo Governador-geral D. Duarte da Costa. Saiu a nau em direcção a Moçambique onde chegou em Setembro, encontrando-se com D. Constantino de Bragança que, entretanto, seguia para a Índia já nomeado vice-rei. Entrou a armada em Goa em Setembro e D. Paulo de Lima Pereira alojou-se com D. Luís de Melo e Silva, prática comum entre os militares portugueses pois, apesar de não haver um exército de carácter permanente, recebiam os capitães suplementos aos seus soldos para poderem dar guarida e alimentação aos seus

[9] OM, Liv. I, Tít. 38, § 8.
[10] OM, Liv. III, Tít. 45, § 15.
[11] BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 272.
[12] COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, na Officina de Jozé Filippe, 1765, p. 5. Existe outra edição: *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Vol. XXXV, 1903. Preferimos seguir a primeira.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 115 05-06-2014 11:27:03

subordinados.

Sétimo Vice-rei da Índia, D. Constantino governou o império oriental num período de relativa acalmia militar já que praticamente todo o decénio de 1550 revelara-se geralmente pacífico e próspero, sobretudo a partir de 1557 com a fundação de Macau, que veio viabilizar as relações comerciais regulares com o Japão. Foi aproximadamente pela mesma época que a Carreira da Índia atingiu o cume da regularidade, e o número percentual de perdas e naufrágios o mínimo da sua história.[13]

Mesmo assim, e logo no mês seguinte à sua chegada, manda o Vice-rei que se organize uma expedição a Cananor, cerca de 500 km a sul de Goa, cidade a partir da qual se registava uma crescente actividade corsária em manifesto prejuízo dos interesses portugueses na região. Entrega o comando de nove navios a Luís de Melo da Silva e despacha-o com forte contingente militar para as águas da região. D. Luís inicia o patrulhamento da costa. Lança homens em terra para se internarem na área e recolherem informações, seguindo assim uma antiga prática dos portugueses em todo o Império, a de dar consecução às duas constantes acções que antecedem todas as operações militares, a saber, o reconhecimento e as informações. Seguindo a informação recolhida, inicia pequenas acções militares de fogo naval sobre embarcações, fogo naval sobre terra, acompanhadas de pequenos desembarques para acções rápidas e limitadas. Tendo informação de que os mouros de Cananor se concentravam a Norte, perto de Mangalor, D. Luís surge no estuário do rio homónimo com toda a armada, ordenando o desembarque de toda a força e o ataque à cidade. Acompanha-o D. Paulo de Lima Pereira que, perto de completar 20 anos de idade, e um mês depois de chegado ao Oriente, recebe o seu baptismo de fogo. Couto, na sua habitual franqueza, não esconde as «espantosas cruezas, naõ perdoando a sexo, nem a idade, nem ainda ás alimarias»[14] que os portugueses cometeram e, justamente, para evitar o descontrolo da situação, D. Luís envia D. Paulo recolher os soldados, terminar o saque e incendiar parte da cidade.

A sua boa prestação foi notada pelo Vice-rei que o premiou no ano seguinte nomeando-o capitão de uma galé, integrada numa armada comandada novamente por D. Luís de Melo, para patrulhar o Malabar e assim opor-se ao recrudescimento dos ataques de corsários mouros, sendo aquela «a primeira embarcaçaõ que teve; porque por seu procedimento naquella guerra lhe deo logo galé, couza que se faz a poucos Fidalgos mancebos».[15] Fazendo base em Cananor, D. Paulo levava dinheiro que D. Luís lhe dera para «paga dos soldados, marinheiros e mantimentos […] dando mesa a cem homens».[16] A logística, à

[13] THOMAZ, Luís Filipe, «A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», Separata da Revista *Mare Liberum*, n.º9, Julho de 1995, Lisboa, CNCP, p. 484.

[14] *Vida de D. Paulo, etc.,* op. cit., p. 21.

[15] *Idem,* p. 48.

[16] *Idem,* p. 47. Era já antiga a prática de os comandantes de navios se encarregarem do transporte do dinheiro para pagamento de guarnições militares. Fazendo as ligações entre as fortalezas costeiras, as armadas dedicavam-se também ao constante provisionamento logístico. No reino, por exemplo,

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 116 05-06-2014 11:27:03

época termo inexistente como tal mas constantemente presente como realidade nas preocupações dos comandantes militares, organizava-se no Oriente a partir de Goa, sendo que todas as fortalezas bem como os navios que patrulhavam os mares detinham alguma autonomia logística, essencial no cumprimento das suas missões. Cumpria ao capitão tratar de prover a alimentação e outras incumbências logísticas dos seus homens, numa prática informal, não escrita, mas a que os homens de guerra portugueses se tinham habituado. Couto, aliás, critica precisamente a impermanência do sistema, à mercê da interpretação e vontade de quem governava o Estado da Índia, quando, a propósito da expedição a Jafanapatão (Jafna) no Ceilão em 1560, afirmou:

> A gente da Armada, que eraõ mil e duzentos homens, tendo recebido em Goa da ventagem de quatro mil; porque neste tempo quando hum Viso Rey hia fóra, pagava-se geralmente a todos os casados, até os macanicos, e com esta largueza, e liberalidade se ganhou, e sustentou a India, e depois que houve tacanheza, e estreiteza, que tiraraõ os soldos aos homens, e que naõ venceriaõ, senão quando embarcassem, logo foy tudo para peior.[17]

E não colhe aqui o argumento de falta de liquidez do Estado pois o governo de D. Constantino, como vimos, ocorre num dos períodos mais prósperos do comércio do Oriente. E mesmo que o Estado da Índia não conseguisse, momentaneamente, prover às necessidades militares, era já longa a tradição de uma certa indigenização da guerra, prática que, mesmo que não fornecesse homens locais para auxílio dos portugueses, fornecia meios.[18]

O ambiente político e militar vai alterar-se substancialmente no Oriente e o nosso protagonista encontrar-se-á no epicentro dos acontecimentos que, durante dez anos, mudarão a face do Indostão e do Sudeste Asiático. Com efeito, em 1565 – o mesmo ano em que Malta sofria um duríssimo cerco otomano – trava-se a 23 de Janeiro a batalha de Talicota em que os sultanatos do Decão, coligados, impôem pesada derrota ao império hindu de Vijayanagar (Bisnaga). É o início da infiltração Mogol em grande escala no subcontinente indiano e que terá causado

---

e a partir de 1520, era comum a Armada do Estreito tratar do provisionamento das praças d'Além bem como do pagamento das suas guarnições, para além, claro, do cumprimento da sua missão principal que era a segurança da navegação do Estreito de Gibraltar. O procedimento era registado num livro de armada, com as despesas inerentes, como é o caso em 1524: «Livro darmada que ora ElRey nosso senhor mandou ao estreito com as paguas aos seus lugares Dalem de que é capitão mor Pero Botelho. [...]E assy as despesas que o dito capitão mor ffez com o escriuão e mantimentos e outras cousas necessarjas [a] armada a quall armada partiu de Lisboa aos dezoito dagosto de quinhentos e vintaquatro e de belem aquinta feira seguinte dezanove do dito mês.» ANTT, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo, n.º 617.

[17] *Idem,* p. 55.

[18] D. Nuno da Cunha, quando governador da Índia (1529-1538), ao tomar posse de Baçaim, cedida pelo Sultão, concedeu os direitos de umas terras a um gentio de nome Beitarane, a si e a seus descendentes, exigindo em troca apoio logístico em caso de necessidade, «com certo numero de cavallos, e peães, como sempre fizeraõ com muitos gastos, e despesas suas». *Cf.* COUTO, *Vida de D. Paulo,* etc., op. cit., p. 89.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 117 05-06-2014 11:27:03

um pequeno período de recessão no comércio português no Golfo de Bengala, não obstante não ter sido «olhada pelos Portugueses como um perigo»,[19] por ser uma «monarquia agrária sem grandes pretensões ao domínio do mar»[20]. No Decão, pelo contrário, a vitória em Talicota atiçara os sultanatos contra os hindus e contra os portugueses pelo que, e pela primeira vez na história da presença portuguesa no Oriente, o Estado da Índia lança uma ofensiva militar para «colmatar o vazio de poder que sobreviera na costa do Canará […] ocupando numa jogada de antecipação o porto de Mangalor em 1568[...]»,[21]no que terá sido a primeira vez que os portugueses conquistam territórios aos hindus e não aos muçulmanos. A batalha de Talicota abre um decénio tumultuoso que, para os portugueses, culminará na maior ofensiva muçulmana alguma vez registada na Índia contra os portugueses, quando entre 1570 e 1572 Goa, Chaul, Chale e Malaca sofrerão os efeitos de uma guerra total movida pelos sultanatos do Decão e pelo rei de Achem.

Em finais de Fevereiro de 1565, o novo Vice-Rei, D. Antão de Noronha, nomeou D. Paulo de Lima Pereira como capitão-mor de uma armada que enviou ao Norte em auxílio da armada que já havia enviado em Setembro do ano anterior, a dar combate aos piratas malabares que, comandados por Canatale, infestavam as águas setentrionais. A partir daqui, o filho do alcaide Guimarães desempenhará sempre funções de comando – geral ou intermédio – até ao fim da sua vida. Couto refere o percurso do militar, essencial na sua aprendizagem da guerra, como fundamental no processo. Dele diz que «na Milicia percorreu todos os rumos»[22] e, quando nesta campanha foi gravemente ferido ficando inactivo durante mais de dois anos, o repouso não lhe tirou a mérito e fama de que já gozava pois chegado «D. Luis de Ataide por Viso Rey da India em Setembro de sessenta e oito, já o achou em disposiçaõ de o occupar e assim em Dezembro seguinte o elegeo por Capitaõ mor de oito navios para ir ás partes do Norte[...]».[23]

Em Dezembro 1568 dá-se o primeiro contacto militar com os Mogores (Mogol) e «outra gente branca»[24] na operação preparada pelo vice-rei. D. Paulo comanda o efectivo no seu navio e, desembarcado junto à fortaleza de Manorá (no rio Agaçaim), comanda uma bandeira de infantaria enquanto Jorge de Moura comanda a outra. Têm pela frente cerca de 7 000 inimigos. As companhias portuguesas estavam ordenadas, deveriam ter 500 homens cada a julgar pelo total de portugueses desembarcados[25] (a cavalaria era manifestamente minoritária, cerca de 400 portugueses e indianos). Combateram à europeia, ou seja, *fazendo corpo*. Significa este pormenor que, ao invés da prática militar corrente entre os portugueses nas guerras do Norte de África e Marrocos, em que a sorte das

[19] THOMAZ, Luís Filipe, op. cit., p. 485.
[20] *Idem, ibidem.*
[21] *Idem, ibidem.*
[22] COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo , etc.,* op. cit., p. 74.
[23] *Idem,* p. 87.
[24] *Idem,* p. 90.
[25] *Idem,* pp. 89-90.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 118 05-06-2014 11:27:03

operações era, muitas vezes, decidida através de actos de bravura individual (dando azo à cultura guerreira marcadamente senhorial e tardo-medieval praticada na região) os portugueses no Oriente cedo se habituaram ao combate em campo aberto até porque nem sempre podiam contar com a existência de uma fortaleza segura que lhes proporcionasse a segurança e a surtida que tanto caracterizaram a guerra africana.[26] Esta forma de organizar as forças no terreno e de combater, era conhecida como à *suíça*, porque os helvéticos aperfeiçoaram a infantaria nos inícios do século XV, promovendo o seu regresso em força a uma Europa que, desde as legiões romanas, se desabituara do seu valor. As suas formações compactas, em quadrados maciços com frentes de 25 a 100 homens, munidos de piques de quinze e dezasseis pés (medida a meio caminho entre os piques macedónios de 22 pés e os romanos de 12), atemorizavam os seus adversários, impondo pesadas derrotas a Carlos o Temerário, em Grandson e em Morat, 1476, e suportando militarmente o Tratado de Basileia de 1499. A crescente importância da infantaria, por um melhoramento da sua eficácia, obrigou a repensar o papel da cavalaria, militar e socialmente muito enraizada nas sociedades senhoriais europeias. Esta nova infantaria, porém, não foi aceite de forma igual em todas as partes da Europa, bastando recordar que quando Carlos VIII invade a Lombardia fá-lo à frente de um exército de cerca de 30 000 homens, mais de metade dos quais eram cavalaria pesada, proporção que se revelara eficaz nas guerras contra os ingleses. Apesar da presença de uma rede de fortalezas que cedo os portugueses começaram a construir no Oriente, a forma de combate fora da fortaleza era feita à europeia, em formações de infantes agrupados em quadrados ou rectângulos. O emprego da cavalaria era diminuto – o terreno, a logística, o clima, favoreciam pouco a utilização desta arma. E isto, não obstante, o facto de que, desde Ormuz, ponto de confluência dos cavalos, os portugueses quase dominarem um muito lucrativo comércio que os fazia levar cavalos árabes e persas, os julgados melhores para a guerra, e introduzi-los na Índia, vendendo-os aos potentados locais.[27]

[26] É Afonso de Albuquerque que, em 1510, pede ao rei D. Manuel o envio de gente que conheça a nova forma de combater. Dois anos mais tarde, utilizará companhias de ordenança, à suíça, com bastante sucesso na tomada de Benastarim. «Lembro tambem a voss alteza o que vos tenho esprito sobre os capitãaes da çuiça, que será bem mandállos voss alteza pera imsinar esta jemte que de lá vem, de quinhemtos rs. a nam fogir nem pôr em desbarato a outra que tem mais obrigaçam a darem bõoa comta de sy; digo uos, senhor, isto, porque a vós vos compre, por hum par de naos e por dous pares poerem bem o ferro aos mouros da imdia, que nos vam perdemdo o medo e a vergonha, e stam milhor aposemtados que nós.» in PATO, Raymundo António de Bulhão, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as Elucidam,* Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, p. 20.

[27] «Para além dos conflitos militares permanentes, que consumiam quantidades impressionantes de equídeos, as condições ecológicos <sic> de grande parte da Índia eram pouco adequadas à criação e à manutenção de cavalos, contribuindo ainda mais para a elevada mortalidade desses animais. […] Embora existisse produção de cavalos em algumas regiões do Gujerate, a respectiva qualidade era bastante inferior à dos animais originários da Pérsia e da Arábia.[...]», in LOUREIRO, Rui Manuel, «Os Portugueses e o Tráfico de Cavalos no Mar da Arábia», in *O Estado da Índia e os Desafios Europeus, Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa»* (ed. de J. Oliveira

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 119 05-06-2014 11:27:03

Terminado o combate, em que a «nossa espingardaria tãbem fez neles [no inimigo] bem de emprego»,[28] D. Paulo embarca os seus homens e inicia de pronto um combate naval contra cinco paraus de malabares. Não parece haver separação do combatente enquanto comandante de forças de terra e de mar. D. Paulo é versátil, estando assim conforme à postura de muitos fidalgos que serviam na Índia. Esta postura manifesta-se igualmente no sentido de honra: durante este combate naval, um seu capitão afastou-se do combate, talvez por cobardia, vendo «os touros de longe».[29] Regressado a Goa, este acto era já conhecido de todos e quando o dito capitão foi a beijar o saio ao Vice-rei, acto público comum aos homens de guerra que assim mostravam fidelidade e submissão ao máximo representante do monarca, D. Luís de Ataíde «lhe disse que fosse beijar a maõ a sua mãy: porque era filho de Goa, fidalgo, e muito mimoso».[30]

Esta ideia do soldado mimoso, cobarde, quase efeminado, mais preocupado com a aparência do que com o culto das virtudes militares surge diversas vezes nos textos coevos, em tom de crítica e como comparativo com tempos passados, esses sim, em que os soldados davam constantes provas de dureza e abnegação ao serviço de Deus e do Rei. Reflexo da mudança profunda que a sociedade portuguesa conheceu ao longo do século XVI, a procura pelas virtudes antigas, não raras vezes as dos soldados Romanos, é apanágio dos autores que, mais próximos do fim do século, assistem ao que entenderam ser a decadência de Portugal e do império. Já em 1573, no seu *Quarto Livro das Instruções Militares*, Isidoro de Almeida escrevia: «Despois quando a milicia começou a corrõper se, & os soldados serem mais mimosos, partiram as camaradas em quatro, & as vigias tambem em quartos, como agora se costuma.»[31] Couto, no seu *Soldado Prático,* verdadeiro manual de ética política, social e militar, expõe exactamente este sentimento de mudança:

> [...] em quanto os Capitães, e soldados tinhaõ barbas largas, tinhaõ vergonha, que naõ sei se hoje se achará; por certo que desejo ver ressuscitado aquelle bom Rey D. Manoel, e com elle hum daqueles soldados veteranos com que a India se conquistou, com huma barba pelos peitos, hum pellote polo joelho, huns musgos cortados, huma crangia ao peito posta em hum morraõ, huma chuça ferrugenta nas mãos, ou huma bésta ás costas, e apar delle hum dos soldados deste tempo com huma capa bandada de velludo, coura, e calções do mesmo, meyas de retróz, chapeo com fittas de ouro, espada e adaga dourada, barba rapada, ou muito tosada, topete muito alto: parece-me que tornaria aquelle bom Rey logo a morrer de nojo, e que poderia pedir conta aos Reys seus sucessores

e Costa e Vítor Gaspar Rodrigues), Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2010, p. 506.

[28] COUTO, op. cit., p. 92.

[29] *Idem,* p. 93.

[30] *Idem, ibidem.*

[31] ALMEIDA, Isidoro de, *Quarto Livro de Instruções Militares,* Évora, André de Burgos, 1573, *in* MORAIS, Alberto Faria de, «Arte Militar Quinhentista», Separata do 23.º Volume do Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1953, p. 149 [77].

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 120 05-06-2014 11:27:03

de se descuidarem tanto nas cousas da India[...].[32]

E não se trata apenas de exercício literário o desabafo do agastado guarda-mor da Torre do Tombo de Goa. Couto sabe do que está a falar, não fora ele próprio um veterano de guerra que participou na tomada de Mangalore em 1568 e de que nos deixou um lúcido e incomum retrato daquela operação, composto pela descrição pormenorizada de todos os passos da mesma, onde o autor critica não tanto o carácter *mimoso* dos soldados mas a desorganização das forças e descoordenação do comando.[33] Aqueles com quem, ombro a ombro, Couto combateu, teriam certamente *barbas largas*, seriam os portugueses rijos de antanho, não os efeminados do virar do século quando escreveu o livro.

Em 1587 o sultanato de Johor, Malásia, representava uma ameaça para os portugueses. Dispunha o sultão de diversos navios de guerra que perturbavam frequentemente o comércio com os portugueses na região. D. António de Noronha, capitão-mor do mar de Malaca, decide iniciar uma campanha contra o sultanato sob a forma de um bloqueio ao porto da cidade. A 21 de Julho deram-se os primeiros recontros entre navios das armadas portuguesa e do sultanato. D. Paulo de Lima Pereira apenas chegou ao teatro das operações no final de Julho, com três galeões. De Malaca, já informado do que se passava, navegou para Johor onde chegou a 6 de Agosto. Inicia imediatamente o bombardeamento da cidade com os navios de alto bordo. No dia 14 mandou desembarcar a sul da cidade, mandou erguer um altar e, à vista dos sitiados (mas fora do alcance das armas) mandou celebrar missa. Recolhidos aos navios, iniciaram-se os preparativos finais para a operação. Na madrugada seguinte, antes do nascer do sol,

> [...]o Capitão mór se mudou aos navios de remo com toda a gente da Armada, e foy cometer terra, deixando toda a Armada encarregada a Luis Martins Pereira, que se passou a huma galé, e elle com todo o poder cometeu a terra ao som de muitas trombetas, tambores e pífaros, levando ordenado tres batalhas de toda a gente, de que não quis fazer alardo, por se naõ saber quam pouca era; e todavia não passavaõ de quinhentos Portuguezes.[34]

D. Paulo ordenou o desembarque em três vagas. A primeira era comandada por D. António de Noronha, onde iam as tropas indígenas, de Malaca, alguns fidalgos «e outros Fidalgos mancebos, que hiaõ aventureiros, e desejavaõ de ganhar honra»[35] ou seja, jovens fidalgos sem enquadramento nas tropas pagas que queriam mostrar os seus dotes militares na esperança de eventualmente virem a ser enquadrados em missões nos lugares de comando. Na ausência de

[32] COUTO, Diogo do, *Soldado Prático*, Lisboa, na Officina da Academia Real das Sciencias, Anno M.DCCXC, p. 92.

[33] CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia,* Vol. I, Lisboa, CNCDP, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993. A pp. 236-7 lê-se: «[...] mas como nos falta aos Portugueses ordem militar, porque nunca a cursamos senão por assaltos repentinos o que mais depressa chegua, e a quem com menos ordem se recolhe[...]».

[34] COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo , etc.,* op. cit., p. 230.

[35] *Idem, ibidem.*

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 121 05-06-2014 11:27:03

um sistema organizado de carreira militar, os fidalgos, maioritariamente os filhos segundos, insinuavam-se assim, construindo a sua própria carreira. A segunda vaga ou *batalha* era comandada por Mateus Pereira Sampaio e a terceira pelo próprio capitão-mor. D. João Pereira, da companhia de D. António é o primeiro a desembarcar com os seus homens. Tem pela frente um grosso contingente de inimigos com quem inicia imediatamente uma escaramuça. Depois de um primeiro combate que levou ainda mais para sul os contendentes, para um palmar, as restantes forças desembarcam e dirigem-se para os muros da cidade onde iniciam as operações de cerco e tentativa de penetração no perímetro. Apesar de os portugueses terem artilharia de campanha não a utilizaram por dificuldades no seu desembarque e pela rapidez das movimentações na praia.

O assalto à cidade foi violento e difícil. D. Paulo mandou distribuir ferramentas individuais em grande número (machados, alviões, enxadas) pelo que muitos eram os soldados capazes de, com elas, forçar uma porta, improvisar rapidamente uma estaca ou uma escada para escalar as defesas da cidade. A fortaleza tinha pontos fracos que não eram construídos em pedra mas em adobe e sobretudo em madeira – umas pranchas enterradas na vertical. Enquanto alguns soldados tentavam forçar a entrada, fileiras de arcabuzeiros disparavam para o topo das defesas dando assim cobertura aos seus companheiros. Vencida a resistência, os portugueses entram na cidade, divididos nos mesmos quatro grupos que desembarcaram, subdividido que fora o de D. António de Noronha. O combate, rua a rua e praticamente corpo a corpo foi particularmente violento. A artilharia dos navios fustigava continuamente a cidade o que mostra a boa coordenação entre as forças de terra e de mar. Tomado um dos baluartes, o do Cotobato, usam os portugueses a artilharia capturada para fazer fogo sobre o palácio real e sobre a esplanada fronteira onde começavam a concentrar-se os inimigos que para ali iam sendo empurrados. Vendo a derrota iminente «e havendo-se aquelles Reys por perdidos, puzeraõ-se em elefantes com suas mulheres, filhos e couzas mais estimadas, que de passagem puderaõ tomar, e foraõ-se recolhendo por huma parte do certaõ.»[36] D. Paulo dá ordem para saquear e incendiar a cidade. O fogo atingiu proporções tais que teve de mandar que todo o efectivo retirasse para fora dos muros.

Para além do saque de ouro, prata e objectos diversos com que os soldados se locupletaram, a captura de material de guerra apresentou números muito elevados. Couto fala em mais de 1 000 peças de bronze e mais de 1 500 espingardas. As embarcações, de todos os tipos, chegaram ao impressionante número de 2 000. D. Paulo mandou os feridos para Malaca e, seguidamente, embarcou com toda a força na mesma direcção. No início de Outubro surgiu diante da cidade, sendo visitado pelo bispo que lhe pediu que aguardasse uns dias porque as gentes de Malaca queriam recebê-lo em triunfo, precisando por isso de alguns dias de preparativos. Assim, a 5 de Outubro, e dando seguimento

[36] *Idem,* p. 270.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 122 05-06-2014 11:27:03

a uma antiquíssima tradição guerreira que os portugueses sempre repetiram no Oriente, D. Paulo desembarca ao som de trombetas e de salvas de artilharia dos navios e da guarnição da cidade. Ajoelha perante um crucifixo posto num altar improvisado, é saudado pelo bispo e pelos vereadores, e, com a bandeira de Cristo à frente e a dos inimigos a arrastar pelo chão, segue em procissão debaixo de um pálio, «com a Coroa na cabeça, a qual os Romanos chamavaõ Civica ou Mural que se dava a qualquer Capitaõ que livrava ou descercava alguma Cidade»[37], à frente dos esquadrões formados com a precedência que tiveram em combate. Dirige-se à principal igreja da cidade, acompanhado de todo o clero e vereadores, onde se realiza a missa de acção de graças. Todo o ritual é altamente encenado e presenciado por inúmeros populares, num acto público de demonstração de poder, do poder da Coroa ali simbolizado e, simultaneamente, de humildade e devoção.

4 – O contacto cultural através da guerra

Dias depois da entrada triunfal, D. Paulo envia ao rei, Felipe II de Espanha, uns exemplares da artilharia capturada acompanhados de uma carta/relatório descrevendo a operação,

> para verem na Europa, que naõ pelejavaõ os Portuguezes na Índia contra selvages com páos, e pedra, senaõ com outras taõ politicas como todas, e contra taõ furiosos, e medonhos e canhões reforçados, basiliscos, como onde melhor se exercita a Milicia[38]

Num óbvio desejo de enaltecer as qualidades do inimigo para acrescentar glória aos seus feitos militares, D. Paulo toca num pormenor muito importante da guerra que os portugueses faziam no Oriente: o choque guerreiro era também um choque de culturas mas os orientais, como veremos, tinham uma cultura de guerra muito semelhante à europeia. A troca de informações e de tecnologias de guerra no Oriente recebe grande impulso desde os anos 1520, claramente resultante do contacto entre os três grandes impérios muçulmanos, o otomano, o safávida e o mogol. Durante o reinado do sultão Soleimão, o Magnífico (1520-1566) o império otomano, sunita, estendia-se de Buda a Baçorá, de Alger a Tabriz. A oriente, o império Safávida da Pérsia, xiíta que, pelos seus atritos com os turcos, acabava por fazer aliviar a pressão otomana sobre a Europa, obrigando a um desvio de recursos militares otomanos para Leste. Ainda mais a oriente, o império do Grão-Mogol, maioritariamente sunita e construído sobre uma imensa base hindu, comunga, com os anteriores dois impérios do facto de se ter constituído apoiando-se na tecnologia da pólvora como sua principal expressão militar. Os chamados *impérios da pólvora* apenas permitiram a introdução das armas de fogo, portáteis e pesadas; não alteraram a estrutura sociomilitar, não organizaram a

[37] *Idem,* pp. 287-8.
[38] *Idem*, p. 293.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 123 05-06-2014 11:27:03

infantaria à europeia nem copiaram o poder naval ocidental. Não significa isto que não dispusessem da tecnologia e do saber militar europeu. Como nos recorda Gábor Ágoston, a fundição otomana, a *Tophane*, possuía todo o tipo de artilharia, de todos os calibres, os mercenários e renegados europeus acorriam a Istambul, o tráfico de armas era muito intenso no Levante, para além de que os Janízaros, desde meados do século XV, no reinado de Murad II, utilizavam armas de fogo portáteis e, no virar do século, começaram a utilizar mosquetes de 160 cm de cano, os *fitili tufek* em cercos e os muito ligeiros mosquetes de 130 cm de cano, mais leves (cerca de 4 kg), e que lhes permitia uma muito flexível utilização em campo aberto de batalha, como aconteceu em Mohacs, em 1526.[39] Peritos militares otomanos foram enviados à corte do Grão-Mogol, Akbar, o Grande, (reinou de 1556 a 1605), ajudando-o a formar um poderoso exército apoiado por eficazes unidades de artilharia de campo e de cerco. Foram os otomanos que ensinaram aos safávidas e aos mogóis a *destur-i Rumi*, a ordem de batalha otomana, que consistia num dispositivo defensivo constituído por uma série de carros, presos uns aos outros e armados com artilharia e arcabuzes, e cujo principal objectivo era o de se oporem a cargas de cavalaria. Este dispositivo, por seu turno, era uma adaptação do *Wagenburg* das Guerras Hussitas que os otomanos aprenderam na campanha contra os húngaros de João Corvino (Hunyadi) entre 1441 e 1444 e que, cem anos mais tarde, voltou a ser usado na Europa por Lázaro von Schwendi, o general austríaco ao serviço de Felipe II que melhorou o sistema que os turcos então ainda usavam na Hungria.[40]

Tal como na Europa onde se regista uma "polinização" trans-nacional e trans-étnica que, entre os anos 1490 e os anos 1520, permitiu que comandantes alemães se encontrassem à frente de unidades espanholas, ou suíços a combater em unidades francesas, ou italianos a receber ordens de espanhóis, cadinho ideal para uma permuta e constante readaptação de experiências e conhecimentos militares,[41] a permuta de saberes militares na Ásia entre muçulmanos, apesar das divergências de fé, parece ter sido constante. O exército otomano, até pelo prestígio obtido nas suas campanhas na Europa, influenciava a forma local

[39] ÁGOSTON, Gábor, «Ottoman Warfare in Europe, 1453-1826», *in European Warfare, 1453-1815* (ed. de Jeremy Black), Londres, Macmillan Press, 1999, p. 126.

[40] *Idem*, pp. 124-5. Arnold acrescenta: «The Ottomans copied these Hungarian tactics, and Turkish mercenaries exported the use of gun-wagons farther east. The field tactics of the Mughals in India, such as at the battle of Panipat, in 1526, combined the heritage of the steppes (an overall crescent-shaped formation with two enveloping cavalry horns) with a Turkish-style central strongpoint of linked wagons and canon supported by swarms of infantry with firearms. In this way, a tactic born in eastern Europe spread to India.» ARNOLD, Thomas, «Diverging Military Cultures of East and West. The very Long Sixteenth Century», in *Mare Liberum, Revista de História dos Mares*, n.º 20, Lisboa, CNCDP, 2000, p. 65. Alguns espanhóis, por seu turno, tinham uma imagem dos turcos como cultores da tradição romana. Antonio Tiépuli quando apresenta a Felipe II o seu *Discurso sobre las fuerzas del Turco*, compara o exército turco ao de Octávio que também estacionava as suas legiões nos confins do império, perto dos seus inimigos, elogiando-lhe a sobriedade e dureza, inspirada nos romanos. *Cf.* MARTÍN, Carlos Belloso, *La Antemuralla de la Monarquía*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2010, p. 322

[41] *Cf.* ARNOLD, Thomas, *The Renaissance at War*, Londres, Cassel & Co., pp. 53-84.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 124 05-06-2014 11:27:03

de fazer a guerra,[42] fenómeno que se observa em Goa, em Fevereiro de 1536, quando Assad-Khan (Acedecão) lança uma ofensiva para recuperar Salsete e Bardês que oferecera ao portugueses. D. João Pereira, capitão de Goa, comanda 400 portugueses, em que 100 eram de cavalaria e, indirectamente, mil infantes goeses, comandados por dois naiques locais. Contra este efectivo, Suleimão Agá, comandante das forças de Bijapur, tem no terreno 9 000 homens, do sultanato, «em que entrauão duzentos de caualos ligeyros & cincoẽta acubertados & os dous mil estrangeiros brancos, & destes dous mil os mais frecheiros & espingardeiros».[43] Castanheda estava na Índia quando esta batalha se deu, muito provavelmente em Goa, pelo que os pormenores que descreve poderão ser ainda mais relevantes. Não parece, por isso, distraída a alusão aos dois mil brancos. Não são homens da região, são «Parcos [persas] & outra gẽte brãca».[44]

> [os inimigos] neste tẽpo começarão de chegar pera dom Ioão feytos em tres escoadrões, & de todos feyto hũ arco, em cujas pontas hião em cada hũa cento dos de caualo ligeyros, & no meo os acubertados: & sendo a tiro despingarda dos nossos (que estauão feitos em hũ corpo) começão de desparar muytos foguetes ferrados & bombas de fogo, & muytas espingardadas, & frechadas sem conto, & dando grãdes gritas hião çarrãdo ho arco pera tomar os nossos no meo, que coessa tẽção ordenou çoleimão a sua gente desta maneyra.[45]

A forma de ataque do exército de Suleimão Agá é muito simples: não tem artilharia de campanha pelo que forma a sua infantaria em três grupos, ao centro, que faz avançar. Nos flancos, e porque se move mais depressa, a cavalaria que, quando ultrapassa os peões, descreve uma meia lua em cujas pontas se encontra e que começa a fechar numa manobra de envolvimento. Quando se aproximam, os cavaleiros disparam espingardas, virotões e flechas, panelas de pólvora e foguetes de mão que projectam fogo. A solução de D. João Pereira foi enviar a pouca cavalaria de que dispunha carregar sobre uma das pontas do *arco*, conseguindo desbaratá-lo e assim evitando o envolvimento pois a outra ponta da cavalaria inimiga acorreu a ajudar os seus o que contribuiu para desfazer o arco, a manobra de envolvimento. O resto da batalha resolveu-se na infantaria e os portugueses acabaram vitoriosos. A manobra descrita é uma réplica, no caso mal sucedida, de uma forma usual de os otomanos combaterem na Europa.

[42] «En 1526, pendant qu'il était à Mohaç face aux Hongrois, les chi'ites de l'Anatolie se révoltaient contre les Ottomans. En réponse, le sultan [Suleimão] dirigea l'armée contre la Perse. Il conquit l'Azerbeydjan, et au-delá le grand vizir Ibrahim Pasa descendit vers le sud, pour occuper Bagdad en juillet 1534.[...] En 1538, pendant que Barbaros menait la bataille de Preveze, Hadim Suleyman Pacha avançait dans l'Ocean Indien en arrachant Aden et les côtes de l'Arabie à la domination Portugaise. D'ailleurs, les Indiens demandaient toujours la protection du Sultan Ottoman contre les Portugais.» *Cf.* YAZICIOGLU, Mustafa Said, *Le Kalâm et son role dans la societe Turco-Ottomane, aus XVe et XVIe siecles*. Ancara, Editions Ministère de la Culture, 1990, pp. 33-5.

[43] Castanheda, Fernão Lopes de, *Historia do Descobrimento e Conquista da India Polos Portugueses*, Livro VIII, Coimbra, 1561, p. 290.

[44] *Idem,* p. 293.

[45] *Idem,* pp. 291-2.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 125 05-06-2014 11:27:03

O ímpeto do assalto, associado à velocidade e muitas vezes precedido de fogo de artilharia ao centro, pode retirar espaço de manobra e lançar a confusão no exército inimigo. A cavalaria, porém, tem de ser numerosa e rápida e aqui, apesar da rapidez, não parece que fosse em número suficiente pois foi até facilmente rechaçada pelos poucos cavaleiros portugueses. Foi esta táctica turca que dizimou os sérvios na batalha do Kosovo em 1389 e os exércitos cristãos aliados na batalha de Nicópolis, na Bulgária, em 1396.[46] Os portugueses apeados, por seu turno, *que estauão feitos em hũ corpo*, assim ficaram por ordem expressa de D. João Pereira. Em formação cerrada, móvel e disciplinada, têm maiores probabilidades de resistir a um ataque da cavalaria, o que não veio a ser necessário.

Só a forte presença de artilharia e de armas ligeiras de fogo, espingardas, em Johor, é suficiente para ilustrar a tipologia de guerra ocidentalizada que no Estreito de Malaca se praticava em finais do século XVI. A forma de combater dos portugueses, a forma como foram organizadas as unidades e subunidades, a constante cobertura de fogos navais, além de revelarem princípios de organização comummente aceites, não tinha como objectivo usar de algum tipo de vantagem táctica ou tecnológica sobre os locais que, segundo parece, estariam até tecnologicamente mais bem apetrechados que os europeus.

Em 4 de Maio de 1588 o vice-rei D. Duarte de Meneses morre em Goa, sucedendo-lhe como governador Manuel de Sousa Coutinho.[47] Couto sugere que D. Paulo Pereira de Lima terá ficado desgostado com a nomeação do antigo governador do Ceilão e capitão de Malaca. Talvez o *Hércules Português* esperasse ser ele a receber tamanha honra. D. Paulo, ao fim de 30 anos de serviço na Índia, regressa ao reino. Um naufrágio nas costas de Moçambique impedirá para sempre que o filho do alcaide de Guimarães reveja a pátria. Sua mulher, D. Beatriz, sobreviveu ao naufrágio e consequente ordálio passado em Moçambique. Regressada a Goa, leva as ossadas do marido que deposita na igreja de S. Francisco, onde Couto ainda viu uma lâmina de cobre que rezava: «Canatale, Dabul, e Jor diraõ que está aqui D. Paulo de Lima Pereira, a quem os trabalhos acabaraõ na Cafraria na Era de 1589».[48]

5 – Considerações finais

D. Paulo de Lima Pereira mereceu o labor da pena de Diogo do Couto nesta sua completa biografia. São mais de 400 paginas a retratar a vida do herói. Depois de a ler, profundamente impressionado pelo que lera, Manuel Faria de Sousa, o

[46] Uma extrapolação, com as devidas salvaguardas, remete-nos imediatamente para Alcácer-Quibir. *Cf.* ANOLD, Thomas, *Renaissance at War*, Londres, Cassel & Co., 2001, pp. 136-7. No próprio ano da batalha, uma gravura que surge em Augsburgo, da autoria de Hans Rogel, é inequívoca na representação da manobra de envolvimento a que aludimos. *Cf.* RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha, Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca.1800),* Coimbra, Minerva, 2002.

[47] Apesar de homónimo, não confundir com Frei Luís de Sousa.

[48] COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo , etc.,* op. cit., p. 425.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 126 05-06-2014 11:27:03

erudito autor que comentou *Os Lusíadas* em 1639, escreveu-lhe um soneto, apenso a páginas 427 da edição que temos vindo a citar. Mas poderemos nós colher ensinamentos das práticas militares de D. Paulo de Lima? Difere a sua acção militar do que à época se praticava? Quando olhamos para algumas operações militares no Oriente, ao longo do século, de Benastarim (1512), Calecute (1525), os cercos de Diu (1538 e 1546), Mangalore (1568) a Goa e Chaul (1570-71) não vemos diferenças substantivas das operações em que participou o biografado. Ou seja, não há praticamente nada nas páginas da obra de Couto que nos mostre que D. Paulo tenha feito algo inovador, fora da cultura de guerra dos portugueses na Índia no século XVI. A esmagadora maioria das operações implicava o transporte marítimo dos meios de combate, o desembarque com cobertura de fogos navais, e uma forma ainda que não muito rígida de organizar as forças de infantaria em terra se se tratasse de um combate de campo aberto. Nos assaltos às fortalezas imperava a quase anarquia. Nas operações observadas, predomina o equilíbrio entre o uso simultâneo de tropas profissionais e não profissionais. Ressalve-se que se desconhece qual o nível de profissionalização, uma vez que pouco se sabe sobre o processo de formação no que toca à prática e duração dos períodos de formação.[49] Ou seja, a cultura de guerra que D. Paulo encarna não impressiona pela originalidade mas sim pelas boas capacidades de comando e de uma leitura rápida e eficaz do campo de batalha. Estas qualidades, porém, eram até algo comuns entre os comandantes militares portugueses do Oriente, o que nos faz pensar que a intenção da escrita de Couto ultrapassa o mero registo crónico ou

[49] Ainda há muito para investigar quanto aos processos de ensino/aprendizagem militar no século XVI português. Para a prática da guerra na Índia pode sempre referir-se o treino que D. João de Castro organizou em Goa quando se preparava para descercar Diu. Escreve Diogo do Couto: «[o governador] mandou fazer gente da terra pelas Ilhas vizinhas á de Goa, donde se ajuntáram mil e duzentos piães, de que deo a capitania a Vasco Fernandes, Tanadar mór da Ilha de Goa, dando a cada cento seus Naiques para os regerem, e mandou fazer alardo de todos os Portugueses que havia em Goa, que o podiam acompanhar, e achou perto de dous mil, que mandou exercitar aos Domingos, e dias Santos no campo de S. Lazaro, onde mandou fazer a fortaleza de Dio de madeira, e a parede, e estancias dos inimigos, assim, e da maneira que estavam, (porque lhas tinha D. João de Mascarenhas mandado mui bem pintadas,) e com muitas escadas que repartia pelos Capitães, e elle em pessoa armado, como se houvesse de entrar em batalha de verdade, com as bandeiras repartidas, e gente posta em ordem, commettiam as paredes dos inimigos, encostando-lhes suas escadas, ensaiando-se assim do modo que as haviam de arvorar, encostar, subir, no que andavam muito bem exercitados.» O primeiro elemento que aqui observamos é o do recrutamento de locais, comandados por um português, auxiliado no comando por doze naiques ou capitães, num total de 1.200 homens de infantaria. Mais dois mil portugueses foram arrregimentados para a expedição, e a todos mandou o governador exercitar. Houve, por isso, tempo para enquadramento e treino. O tipo de exercício praticado, na presença de uma réplica das defesas que os sitiantes levantaram em torno de Diu, mostra um muito elevado nível de profissionalismo. Recriar o mais fielmente possível o ambiente de combate, a identificação visual do campo de batalha, constitui prática eficaz do ensino militar em todos os tempos. Fá-lo o governador recorrendo a desenhos ou esquemas que D. João de Mascarenhas lhe conseguiu fazer chegar. E treina o efectivo, ele próprio, na repetição dos procedimentos: as unidades já constituídas e repartidas (o que pode significar que deveriam ter sido embarcadas já segundo uma dada disposição) treinam o encostar das escadas, a escalada dos muros, a ultrapassagem dos obstáculos. *Cf.* COUTO, Diogo do, *Da Ásia, Década VI,* Parte II, Lisboa, na Regia Officina Typografica, M.DCC.LXXXI, pp. 239-40.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 127 05-06-2014 11:27:03

historiográfico e entra no domínio literário do encómio, a que não deve ser alheio o desejo do autor em enaltecer as qualidades dos portugueses numa época de monarquia dual.

Excepto nas almogavarias africanas, nas entradas, o cavalo como arma e como sistema de armas está praticamente ausente da tipologia da guerra que os portugueses faziam no Oriente.[50] Apesar do seu bem sucedido comércio asiático, não ocupa o cavalo função exclusivamente militar ou de combate a não ser no Norte de África e em Marrocos. Mas não é arma combatente, está mais associado à dignidade da função de comando que propriamente à sua exploração como recurso táctico. Não admira, por isso, que a lei das armas de 1569 de D. Sebastião contenha isenções territoriais discriminadas quanto à obrigatoriedade da sua posse e uso.[51]

Por último, e porque a guerra que os portugueses fazem gravita sobretudo em torno da existência de fortalezas (com as salvaguardas apontadas acima) servidas por apoio logístico e de fogos naval, por aquelas condicionada nas suas mais diversas vertentes – logística, táctica e tipológica – salienta-se o desenvolvimento de uma cultura poliorcética muito vincada. A tomada ou a defesa de fortalezas condicionou sobremaneira a cultura de guerra que os portugueses, de Marrocos, levam à Ásia e à América do sul, como prática comum porque necessária. Do *Hércules Português* fica o exemplo da coragem e da abnegação, que pouco mais é que o esperado de qualquer fidalgo ao serviço da Coroa no Portugal de Quinhentos.

Bibliografia citada

ÁGOSTON, Gábor, «Ottoman Warfare in Europe, 1453-1826», *in European Warfare, 1453-1815* (ed. de Jeremy Black), Londres, Macmillan Press, 1999.

ARNOLD, Thomas, «Diverging Military Cultures of East and West. The very Long Sixteenth Century», *in Mare Liberum, Revista de História dos Mares*, n.º 20, Lisboa, CNCDP, 2000.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

COELHO, António Borges, *O Vice-rei Dom João de Castro, Editorial Caminho, 2003.*

COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, na Officina de Jozé Filippe, 1765.

[50] Há obviamente casos em que o cavalo foi empregue em combate, como na defesa de Damão em Outubro de 1562 em que o capitão da fortaleza, Garcia Rodrigues de Távora, conseguiu reunir uma força de 180 cavalos. O número e a frequência do seu emprego, porém, justificam a nossa afirmação.

[51] *Lei das Armas que cada pessoa he obrigada a ter em todos os reinos e Senhorios de Portugal.* Publicada em *Leys e Provisões, Que ElRei Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar,* Impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1816, pp. 14-25.

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 128 05-06-2014 11:27:03

COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Década VI, Parte II, Lisboa, na Regia Officina Typografica, M.DCC.LXXXI

CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Vol. I, Lisboa, CNCDP, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

Ditos Portugueses Dignos de Memória, (anotada e comentada por José Hermano Saraiva), Mem Martins, Europa-América, 1997.

LOUREIRO, Rui Manuel, «Os Portugueses e o Tráfico de Cavalos no Mar da Arábia», *in O Estado da Índia e os Desafios Europeus*, Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa» (ed. de J. Oliveira e Costa e Vítor Gaspar Rodrigues), Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2010.

MARTÍN, Carlos Belloso, *La Antemuralla de la Monarquía*, Madrid, Ministerio de Defensa, 2010.

MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas Da Ásia de Diogo do Couto, Lisboa, Edições Colibri, 2004.*

PERAL, Esther, Merino, *El arte militar en la época moderna: los tratados «de re militari» en el Renacimiento. 1536-1671. Aspectos de un arte español*, Madrid, Ministerio de Defensa, Centro de Publicaciones, 2002, p. 185.

RAMALHEIRA, Ana Maria Pinhão, *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha, Representações Historiográficas e Literárias (1578-ca.1800)*, Coimbra, Minerva, 2002.

RESENDE, Vasco, *A Sociedade da Expansão na época de D. Manuel, Mobilidade, Hierarquia e Poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente. Um Estudo Prosopográfico.* Lisboa, FLUL, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe, «A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», Separata da Revista *Mare Liberum*, n.º9, Julho de 1995, Lisboa, CNCP.

YAZICIOGLU, Mustafa Said, *Le Kalâm et son role dans la societe Turco-Ottomane, aus XVe et XVIe siecles*. Ancara, Editions Ministere de la Culture, 1990.

Fontes Manuscritas

ANTT, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo, n.º 617.

Fontes impressas

«Fala que fez Diogo do Couto, Guarda Mor da Torre do Tombo da Índia, em nome da Câmara de Goa, a André Furtado de Mendoça, entrando por governador da Índia«, (pref. de Frederico Gavazzo Perry Vidal), Lisboa, Separata da Revista *O Mundo Português*, n.º 91, Julho de 1941 – Vol. VIII, 1941. Original de Lisboa, Vicente Alvarez, 1610.

ALMEIDA, Isidoro de, *Quarto Livro de Instruções Militares*, Évora, André de Burgos, 1573, *in* MORAIS, Alberto Faria de, «Arte Militar Quinhentista», Separata do 23.º Volume do Boletim do Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1953.

Castanheda, Fernão Lopes de, *Historia do Descobrimento e Conquista da India*

5-Gonçalo Couceiro Feio.indd 129 05-06-2014 11:27:03

Polos Portugueses, Livro VIII, Coimbra, 1561, p. 290.

Lei das Armas que cada pessoa he obrigada a ter em todos os reinos e Senhorios de Portugal. Publicada em Leys e Provisões, Que ElRei Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar, Impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1816, pp. 14-25.

PATO, Raymundo António de Bulhão, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que as Elucidam*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884.

Bibliografia geral

ARNOLD, Thomas, *The Renaissance at War*, Londres, Cassel & Co..

VEIGA, Carlos Margaça, *Poder e poderes na crise sucessória portuguesa (1578-1581)*, Lisboa, FLUL, 1999.